



# Anais da Assembleia

Nº 148

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, 19 DE NOVEMBRO DE 1979

ANO V

## 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA ATA DA 141ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 19 DE NOVEMBRO DE 1979

### SEGUNDA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Fabiano Braga Côrtes, secretariada pelos Senhores Deputados Fuad Nacli e Domício Scaramella.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelton Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer, Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

### SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (**Fabiano Braga Côrtes**). — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

### EXPEDIENTE:

#### Telex:

Telex nos seguintes termos:

MSG NR 7013 SEPAR NR 1.227 de 07/11/79 comunico Vossenhoria Diário Oficial 30/10/79 publicou recondução Dr. Vicente da Silva função suplente Juiz Trabalho Representante Empregados junto T.R.T.

Nona Região PT

Cordialmente

PETRÔNIO PORTELLA

— Ciente. — Ao Departamento Legislativo.

#### Requerimentos:

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inserção em ata de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor CAETANO BELENDIA, ocorrido no dia 29 de outubro próximo passado, na cidade de Centenário do Sul, onde foi um de seus pioneiros, tendo em 1950 instalado sua primeira usina elétrica.

O extinto, espanhol de nascimento e brasileiro de coração, contava 93 anos, tendo se radicado no Paraná há mais de 70 anos.

Foi casado em primeiras núpcias com a Senhora Genoveva Belenda e em segundas núpcias com a Senhora Neuza Belenda, tendo deixado os seguintes filhos: Leonilda Belenda, Elvira Belenda, Iolanda Belenda Rodrigues, Alfredo José Belenda e

Afonso Belenda (falecido), deixou ainda, 10 netos, 11 bisnetos e 5 tataranetos.

Da decisão do Plenário, solicita seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 19 de novembro de 1979.

a) FUAD NACLI

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, a consignação na ata dos trabalhos da sessão de hoje, de um voto de profundo pesar pelos falecimentos ocorridos neste domingo, de HELIEL MATHEUS IENSEN, DENISE MARA RAMOS, VIVIAN LORENA RAMOS e MIGUEL FRANCISCO JÚNIOR membros da ASSEMBLÉIA DE DEUS, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 19 de novembro de 1979.

a) NESTOR BAPTISTA

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado em ata dos trabalhos desta Casa, um voto de pesar pelo falecimento da Senhora Ledioneta de Barros, ocorrido dia 14 próximo passado, em Londrina.

A extinta foi professora do Colégio Mãe de Jesus, fundadora do Serviço de Obras Sociais de Londrina e ultimamente responsável pela Farmácia, prestou relevantes serviços como auxiliar no plantão médico daquela entidade.

Solicita, outrossim, seja dado ciência oficial à S.O.S. de Londrina e à família enlutada.

Sala das Sessões, em 19 de novembro de 1979.

a) VALDUGA

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhorita NELLY SATO, filha do ex-Deputado JORGE SATO, ocorrido ontem nesta Capital.

Sala das Sessões, em 19 de novembro de 1979.

a) AUGUSTO CARNEIRO

EZEQUIAS LOSSO

Apoiamento: FABIANO BRAGA CÔRTEZ

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que este subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, a consignação na ata da sessão de hoje de um voto de profundo pesar pelo falecimento dos jovens Eliel Mateus Iensen, Denize Mara Ramos, Vivian Lorena Ramos e Miguel Francisco Júnior, ocorrido ontem, em consequência de lamentável acidente automobilístico.

O infausto acontecimento veio enlutar não somente as ilustres famílias a que pertenciam, mas, também, a sociedade curitibana, na qual gozavam de especial consideração e estima. A ausência deles, notadamente no Conjunto Canção e Paz — da Igreja Evangélica Assembléia de Deus — e das programações que visam o enriquecimento espiritual de nosso povo já está sendo

sentida. Abriu-se assim, grande lacuna no meio evangélico do nosso Estado.

Requerem, ainda aprovado este requerimento, dê-se ciência da decisão da Casa à Igreja Evangélica Assembléia de Deus, ao Conjunto Canção e Paz, à Família Ramos, à Família Iensen e à Família Francisco.

Sala das Sessões, em 19 de novembro de 1979.

aa) AUGUSTO CARNEIRO  
EZEQUIAS LOSSO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso legal de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido este Plenário, seja aprovado este requerimento, consignando voto de apoio e solidariedade à direção da Associação Nacional de Apoio ao Índio - Comitê de Curitiba, cito à rua Bom Jesus, n.º 159, bairro do Cabral — pela iniciativa tomada em prol dos indígenas de Manguairinha, neste Estado, que reivindicam seus direitos de posse pela área acima citada, no sentido de preservá-la às gerações futuras, sobretudo a garantia da terra da qual depende a sobrevivência e o futuro de suas tribos — a caingangue e guarani.

Sala das Sessões, em 19 de novembro de 1979.

a) GERNOTE KIRINUS

#### JUSTIFICATIVA:

Ao justificar este requerimento, lembro aos nobres Pares e a Presidência desta Casa, que em 1949, um acordo inconstitucional, celebrado entre o Governo Estadual de Moysés Lupion e o Governo Federal, através do Ministério da Agricultura, reduziu seis áreas indígenas do Paraná, em mais de 150 mil ha, confiscando os índios, a menos de um terço da área original.

Em Manguairinha os índios Caingangue e Guarani, foram, segundo consta, expropriados em 8.976 ha, violando assim o seu legítimo direito de posse, garantido pela Constituição de 1946 em seu artigo 216. Imediatamente ao acordo, a área expropriada foi transferida para o grupo econômico FORTE-KHURY, que em 1961, a vendeu a F. Slavieiro e Filhos S.A - Indústria e Comércio de Madeiras.

Em 1963, quando da ocupação dessa área, o grupo Slavieiro expulsou violentamente os índios da área a qual habitavam desde os tempos imemoriais. Ali aconteceu as maiores atrocidades, inclusive com o incêndio criminoso das casas dos índios e a destruição de suas plantações; além da morte de dezenas de animais domésticos.

Passados dez anos, os Caingangue através da FUNAI, entraram com ação na justiça, reivindicando a área em mãos dos Slavieiro. Os índios seriam vencedores no julgamento de primeira instância. Em setembro próximo passado, o juiz Lício B. Vieira, da segunda vara da Justiça Federal, em Curitiba, deu ganho de causa à Firma Slavieiro e Filhos.

Mas os índios Caingangue e Guarani, estão prestes a invadir a área, preferindo morrer, a ver sua terra tomada e seus pinheirais destruídos.

Lembramos aqui, que a área **grilhada**, representa a maior reserva natural do pinheiro Araucária, em quase que total extinção em nosso Estado.

E é pela defesa deste incalculável potencial ecológico, que devemos também, nos unir, ao lado dos Caingangue e Guarani, que não medem esforços no sentido de preservá-lo às gerações futuras, e principalmente da terra, da qual foram os primeiros donos, sem no entanto destruí-la, e por representar ainda, a sobrevivência e o futuro de suas tribos e povos.

Ainda nesta justificativa, a qual considero sobremaneira humana, e que merecerá o apoio dos nobres Pares, os convido a participar de ato público, o qual fará a ANAI - Associação Nacional de Apoio ao Indígena - Comitê de Curitiba, realizar em data de 23 do corrente mês, às vinte horas, no Auditório da Igreja de Guadalupe.

Entendemos ainda, que a luta do Povo Caingangue é uma luta de todos nós.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições parlamentares, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja consignado na ata dos trabalhos do dia de hoje um voto de aplauso ao Parlamento Boliviano pela intransigente luta que travou na defesa da legalidade e da preservação democrática naquele País.

Requer, outrossim, que da decisão do Plenário seja encaminhado ofício à Embaixada Boliviana em Brasília.

Sala das Sessões, em 19 de novembro de 1979.

a) WALDYR PUGLIESI

#### JUSTIFICATIVA:

A Organização dos Estados Americanos terminava sua reunião em La Paz quando mais um Coronel tentou barrar o avanço popular e, surpreendendo a muitos, assaltou o Poder na vizinha Nação.

Auspicioso acontecimento se verificou então na Bolívia trazendo esperanças a todo nós latino-americanos: o povo resistiu e sob suas lideranças mais autênticas foi à greve. O Parlamento, foi Parlamento. Se uniu ao povo e repudiou o golpe. No mundo todas as consciências democráticas se levantaram na condenação aos golpistas e exigiram de seus governos o não reconhecimento dos agentes da reação. Nenhum governo reconheceu o usurpador. Fica no episódio um saldo grandemente positivo: cada vez mais os inimigos do povo ficam no isolamento.

Com o Congresso Boliviano não dobrando suas vértebras, com a Central Operária indo às ruas em greve e, aleluia, com partes substanciais das próprias Forças Armadas não aderindo ao golpe, o gorila Natush Bush viu-se obrigado a recolher seus tanques, suas bombas, seu ódio ao povo e curvar-se ante a vontade popular. Mesmo assim deixou a marca característica das ditaduras: desaparecidos, feridos, centenas de mortos, sangue derramado.

Os aprendizes de ditador tiveram um exemplo. Talvez eles pensem duas vezes antes de tentarem esturpar a democracia.

Ficou provado que quando existe coragem para resistir, ousadia para avançar, solidariedade internacional, o povo vence.

O Congresso Boliviano foi firme, coeso e altaneiro na defesa de sua dignidade e da redemocratização.

Por isto entendemos que deve ser saudado por nós.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja consignada na ata dos trabalhos legislativos do dia de hoje, um voto de aplausos à criação da Associação das Empresas Proprietárias de Jornais e de Revistas do Paraná, bem como à sua primeira diretoria, presidida pelo Jornalista ABDO AREF KUDRI.

Sala das Sessões, em 19 de novembro de 1979.

a) MÁRIO CELSO

#### JUSTIFICATIVA:

Deixo aqui, como justificativa deste requerimento, trecho do discurso do empresário e jornalista Abdo Aref Kudri, eleito por unanimidade para a presidência da Associação, que reflete o pensamento da classe: "A Associação das Empresas Proprietárias de Jornais Diários e de Revistas do Paraná constituía-se em antiga aspiração da classe. De minha parte, sinto-me feliz e honrado por ter sido escolhido para dirigí-la e, recebo o cargo com humildade. Quero ressaltar que a nova associação não possui fundo político e não está subordinada a ideologias ou correntes políticas. Ela é independente. Lutarei em defesa de toda a imprensa, para que sua liberdade seja respeitada e que tenha

tratamento justo e leal. Se ocorrer qualquer atentado à livre imprensa, não titubearei em tomar as providências necessárias em defesa dela, num clima de total independência”.

A nova diretoria ficou assim constituída: Presidente: ABDO AREF KUDRI (D. Popular), 1.º Vice-Presidente: Francisco Cunha Pereira Filho (Gazeta do Povo), 2.º Vice-Presidente: João Milanez (Folha de Londrina), 1.º Secretário: Ubaldo Siqueira (Folha de Londrina), 2.º Secretário: Mussa José Assis (O Estado do Paraná), 1.º Tesoureiro: Cândido Gomes Chagas (Paraná em Páginas), 2.º Tesoureiro: Bayard Osna (Correio de Notícias). CONSELHO FISCAL: Presidente: Paulo Pimentel (O Estado e Tribuna do Paraná), João Baptista Nunes Cottar (A Notícia) e Edwaldo Labatut (Diário do Paraná). Suplentes: Emir Sfair (O Paraná), Arquimedes Anastácio (Folha do Comércio) e Faruk El Katib (Revista Atenção).

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos legislativos do dia de hoje, um voto de aplausos à ADOC (Associação de Defesa do Consumidor) pela realização em Curitiba, do 1.º Encontro Nacional das Associações de Defesa do Consumidor.

Sala das Sessões, em 19 de novembro de 1979.

a) MÁRIO CELSO

#### JUSTIFICATIVA:

Reunindo diversas autoridades municipais, estaduais e federais e contando com a presença de Associações de todo o Brasil, foi realizado em Curitiba, nas dependências do Hotel Marcassa, o 1.º Encontro Nacional das Associações de Defesa do Consumidor. Um fato marcante na vida do povo brasileiro, pois a finalidade é digna dos maiores aplausos e elogios: defender com justiça o nosso consumidor.

Em anexo, registramos a “Carta de Curitiba”, documento elaborado no final do Encontro.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeiro, ouvida a Casa, a inserção em ata de um voto de congratulações ao Desembargador Luiz Renato Pedroso, pela sua eleição, na última sexta-feira, dia 16, para a primeira Vice-Presidência da Associação dos Magistrados Brasileiros.

O ilustre homenageado já preside em nosso Estado a Associação dos Magistrados Paranaenses e a sua escolha para elevado cargo na entidade nacional equivalente não implica, apenas, no reconhecimento dos méritos incontestáveis do Dr. Luiz Renato Pedroso, como enaltece, também, a própria magistratura do Paraná.

Requeiro, igualmente, se aprovada esta proposição, que se dê ciência do fato ao homenageado.

Sala das Sessões, em 19 de novembro de 1979.

a) FUAD NACLI

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Desde a última sexta-feira, dia 16, conta o nosso Estado com uma nova e altamente expressiva entidade de classe. Na data referida foi fundada, nesta Capital, a ASSOCIAÇÃO DOS PROPRIETÁRIOS DE JORNAIS E REVISTAS DO PARANÁ, com a finalidade de, agremiando os responsáveis principais dos veículos de divulgação impressa, unir a classe instrumentando-a para a mais eficaz defesa dos seus interesses e direitos.

Aprovado o Estatuto, foi eleita a primeira diretoria da nova entidade, integrada por nomes dos mais representativos em nosso meio, tendo à frente o Dr. Abdo Aref Kudri, conduzido à sua presidência.

Considerando o significado e repercussão do fato, requei-

ro, ouvida a Casa, a inserção em ata de um voto de congratulações à Diretoria da recém-criada Associação.

Aprovado este, que se dê conhecimento do fato ao seu Presidente, Dr. Abdo Aref Kudri.

Sala das Sessões, em 19 de novembro de 1979.

a) FUAD NACLI

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, na forma regimental, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado voto de louvor ao Sr. ABDO AREF KUDRI, eleito dia 16 p.p. Presidente da Associação de Proprietários de Jornais e Revistas do Estado do Paraná.

Tal solicitação prende-se ao fato de prestarmos justa homenagem a um homem de Imprensa que tem pautado seu trabalho num esforço incansável pelo bem do nosso Estado e nossa gente, através de uma imprensa livre e sadia.

Sala das Sessões, em 19 de novembro de 1979.

a) DAVID CHERIEGATE

Apoio: ADALBERTO DAROS

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeiro da Mesa, o encaminhamento ao Senhor Secretário de Transportes, de apelo no sentido de que determine ao 18.º Distrito Rodoviário, de Apucarana, providências urgentes para melhorar as condições de tráfego das estradas do Distrito de Lunardelli — Município de São João do Ivaí, permitindo a locomoção de eleitores que, no próximo dia 25, deverão se pronunciar em plebiscito que decidirá sobre sua elevação a município.

Sala das Sessões, em 19 de novembro de 1979.

a) GILBERTO CARVALHO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado apelo ao Senhor Secretário de Estado dos Recursos Humanos, solicitando seja incluído aos contra-cheques de vencimentos do pessoal da Polícia Militar do Estado, a especificação do código referente aos descontos incluídos nos vencimentos daqueles servidores.

Sala das Sessões, em 19 de novembro de 1979.

a) GILBERTO CARVALHO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário desta Casa, que se envie expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e ao Excelentíssimo Senhor Diretor da Polícia Civil, solicitando o envio ao Município de Iretama de um DELEGADO ESPECIAL para acompanhar inquérito referente ao assassinato de policiais naquela localidade.

Sala das Sessões, em 19 de novembro de 1979.

a) DARCY DEITOS

#### JUSTIFICATIVA:

Em 02 de agosto de 1979, requeremos nesta Casa o envio de expediente ao Sr. Secretário de Segurança Pública e ao Diretor da Polícia Civil do Estado do Paraná, onde solicitávamos que fosse substituído o atual Delegado de Polícia em Iretama, por um Delegado de Carreira, isto porque aquela comuna vivia em constante insegurança dados os crimes que lá eram praticados e não resolvidos pela autoridade local.

Citávamos que no ano de 1979 até aquela data, onze cri-

mes tinham sido perpetrados, mas que somente três assassinos haviam sido presos, e por esta razão, o povo daquele progressista município estava a clamar por segurança.

# REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário desta Casa, que se envie expediente ao Excelentíssimo Senhor ENY ALVES NEVES, Digníssimo Chefe do 9.º DRF do DNER, do Paraná, solicitando agilização nos estudos para pavimentação da estrada Campo Mourão - Cruzeiro do Oeste, no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 19 de novembro de 1979.

a) DARCY DEITOS

## JUSTIFICATIVA:

Em 02 de maio do corrente solicitamos à Secretaria dos Transportes, medida similar e fomos informados que a mesma solicitação devia ser efetuada ao D.N.E.R., tendo a referida Secretaria encaminhado nossa solicitação àquele órgão, o qual por sua vez deu resposta ao nosso requerimento em 26 de julho de 1979.

Mas, infelizmente, naquela informação recebida, constatamos que o trecho de Campo Mourão a Cruzeiro do Oeste não foi citado, sendo que somente o Sub-Trecho Umuarama-Pontal do Tigre, estava com o projeto de engenharia concluído e o sub-trecho Umuarama-Cruzeiro do Oeste estava sendo colocado em concorrência para elaboração do projeto de engenharia, daí a nossa solicitação presente.

# REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja enviado ofício ao Senhor Presidente da TELEPAR, solicitando um restudo no plano de cobrança das ligações interurbanas das 20:00 às 08:00 horas da manhã, bem como aos domingos e feriados.

Sala das Sessões, em 19 de novembro de 1979.

a) MÁRIO CELSO

## JUSTIFICATIVA:

Considerando que a TELEPAR implantou em caráter experimental (atendendo determinação da TELEBRÁS) para o período de 1.º de outubro de 1979 a 20 de fevereiro de 1980, a tarifa reduzida de 50% nos chamados interurbanos de telefone a telefone originadas no Paraná de 8:00 horas da noite às 8:00 horas da manhã, estamos sugerindo uma alteração que virá em benefício de milhares de usuários: a cobrança da tarifa especial (com desconto) também para as ligações à cobrar.

Entendemos que o valor de uma ligação feita do local de origem (Curitiba, no caso) ou de outra cidade (Ponta Grossa, por exemplo) é o mesmo, independentemente se a ligação é feita à cobrar ou não.

Acredito que a implantação do sistema é válida, pois realmente torna o interurbano mais barato. Porém, fica aqui registrada uma sugestão que entendo necessária.

# REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja encaminhado ofício ao Senhor Secretário da Educação, pedindo esclarecimentos com respeito ao aumento nas mensalidades de escolas superiores particulares.

Sala das Sessões, em 19 de novembro de 1979.

a) MÁRIO CELSO

## JUSTIFICATIVA:

Considerando que os estudantes da Faculdade Católica

iniciaram movimento, visando o congelamento das anuidades para 1980;

Considerando que a informação recebida por universitários é de que o aumento será fixado na base de 70%;

Considerando que existe um desencontro de informações, gerando revolta e provocando imprevistos;

Considerando que muitos estudantes (maioria) são do interior e dependem de um orçamento pré-elaborado;

Considerando que o custo atual do ensino no Brasil está fixado em índice muito elevado,

## PERGUNTO:

1 — A fixação da taxa escolar (mensalidade e anuidade) é feita somente pelo Ministério da Educação ou recebe interferência dos governos estaduais através de suas Secretarias?

2 — Qual o órgão controlador (fiscalizador) da cobrança destes valores?

3 — As Escolas Superiores particulares são obrigadas a cobrar somente a quantia fixada pelo Ministério ou tem liberdade de fixar um novo valor nas mensalidades ou anuidades?

4 — A Secretaria do Estado da Educação tem conhecimento do novo índice de aumento, que vai gerar o acréscimo nas mensalidades do próximo ano?

5 — Existe possibilidade da Secretaria da Educação do Paraná exercer uma ação, visando o congelamento dos preços na mensalidade e anuidade, possibilitando a tranquilidade para milhares de famílias?

# REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ofício ao Ilustríssimo Senhor GERALDO GILBERTO GARBI, Digníssimo Presidente da TELEPAR, reiterando pedido de instalação de um Posto de Telefone no Distrito de DIAMANTE, situado no Município de Guaraniaçu.

Sala das Sessões, em 19 de novembro de 1979.

a) FIDELCINO TOLENTINO

## JUSTIFICATIVA:

Situado numa das regiões de maior desenvolvimento do Estado, o Distrito de DIAMANTE ainda não possui um Posto de Telefone.

Tratando-se de área densamente povoada e de grande progresso, o Distrito de DIAMANTE faz-se merecedor da instalação desse benefício.

A comunicação via telefone, tão divulgada através de publicidade, até mesmo para "MATAR SAUDADES", poderá ser utilizada também nos interesses da produção agrícola e pecuária de nosso Estado.

O Município de Guaraniaçu já conta com rede telefônica, daí acreditarmos que não haverá grandes problemas para a instalação de um Posto Telefônico, pois, o Distrito de Campo Bonito, conforme afirmamos anteriormente, foi contemplado com esse benefício.

# REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ofício ao Ilustríssimo Senhor DOUGLAS SOUZA LUZ, Digníssimo Presidente da COPEL, reiterando pedido formulado para a implantação de eletrificação rural no Distrito de DIAMANTE, no Município de GUARANIAÇU.

Sala das Sessões, em 19 de novembro de 1979.

a) FIDELCINO TOLENTINO

## JUSTIFICATIVA:

O Distrito de Diamante, está situado numa das regiões de maior desenvolvimento dentro do Município de Guaraniaçu.

Densamente povoado, ainda não conta com o benefício de

eletrificação rural.

Tendo em vista que essa é uma das metas do Estado, segundo consta de seu Plano Trienal de Governo, solicitamos seja dada a devida atenção para o próspero Distrito de DIAMANTE.

Essa reivindicação torna-se mais justa, quando sabemos que aquele distrito encontra-se cercado por redes de energia elétrica e está situado muito próximo da Usina de Salto Osório.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja transcrito nos Anais desta Casa, o artigo publicado no jornal "Gazeta do Povo", edição de 19 do corrente, assinado pelo jornalista ANTÔNIO CARLOS LACERDA e intitulado "ACCIOLY FILHO SEMPRE TÃO PRÓXIMO, SEMPRE TÃO DISTANTE DO OBJETIVO".

Sala das Sessões, em 19 de novembro de 1979.

a) ERONDY SILVÉRIO

#### Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N.º 186/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE NOVA AURORA, com sede e foro na cidade de Nova Aurora - PR.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 19 de novembro de 1979.

a) FUAD NACLI

#### JUSTIFICATIVA:

Ao apresentarmos o presente projeto de lei, visamos declarar de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Nova Aurora, que através de seu Estatuto justifica plenamente sua apresentação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Esta finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Acabamos de receber um radiograma do Excelentíssimo Senhor Governador Ney Braga, em que diz que tomou providências no sentido de que o plebiscito a ser realizado no próximo dia 25, no Distrito de Lunardelli, não sofra a dificuldade na locomoção das pessoas que lá devam comparecer, para votação. E nesse sentido, o Sr. Governador nos comunica haver conseguido, junto ao CNP, a liberação junto aos postos de gasolina, nos cinco distritos, onde deverá ser realizado o plebiscito.

Eu não queria nesta oportunidade, deixar de apresentar os nossos agradecimentos, em nome da população daqueles distritos, beneficiados com esta medida, cujo telegrama nos comunica que no Distrito de Lunardelli, Município de São João do Ivaí, entre as 8:00 e 20:00 horas do dia 25, estão liberados postos de gasolina, para atendimento aos munícipes de São João do Ivaí.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, depois da campanha realizada naquele distrito, chegamos a um resultado, dos eleitores qualificados para o plebiscito no Distrito de Lunardelli, que alcançou o número de 4.214, valendo-se dos 2.800 eleitores inscritos, no distrito; mais 1.011 qualificados e 403 analfabetos, residentes naquela área. Mas, ocupo a tribuna hoje, parece até estranho, que um Deputado da Situação venha fazer um apelo ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de que melhore as estradas daquele distrito, mas se o faço, Sr. Presidente, Srs.

Deputados, é para sensibilizar o Prefeito Municipal daquele município, que abandonou por completo a área do Distrito de Lunardelli e está quase que sem condições de locomoção nas estradas que pertencem ao Distrito de Lunardelli. E por isso eu estou fazendo um apelo ao Sr. Secretário dos Transportes, que na ausência do Poder Municipal, a quem tem por obrigação, de atender aquelas estradas, que ajude o distrito, para que os eleitores possam comparecer no dia 25 para votação a ser realizada.

Esperamos contar com o apoio do Sr. Secretário dos Transportes, para que possa receber o atendimento, porque aquelas estradas, desde que se falou ultimamente na realização do plebiscito. E que o Prefeito viu a intenção dos moradores daquela localidade, de ter a sua autonomia e a sua emancipação política. Abandonou por completo, não só as estradas, mas também o perímetro urbano, com iluminação pública, com limpeza, enfim, não prestando nenhum serviço sequer, deixando completamente abandonado aquele distrito. Por isso, nós recorremos ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de auxiliar aos moradores de Lunardelli.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Rosário Pitelli.

O SR. ROSÁRIO PITELLI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Le): "Vivemos as festividades da última semana, momentos intensos, pois as vésperas da data da comemoração do aniversário da Proclamação da República, esta Casa do Povo recebeu com impacto a notícia do desaparecimento prematuro do destacado político, professor Accioly Filho. Aliás a vida dos povos livres consiste precisamente em se poder recordar os feitos dos mortos vinculados ao nosso passado ou a nossa história, incentivando os participantes do presente a agirem, a atuarem em prol de um sempre buscado melhor futuro.

É a alma cheia de esperanças, de sonhos e de ilusões, que anima o homem sempre a procura do melhor, para si e para os seus, a comunidade, ou o público, constituindo tal caminhada, — no dizer dos doutos — a abertura para o progresso.

Participando, pois, como cidadão e Parlamentar, do congratamento de todos os brasileiros, no respeito aos nossos ilustres civis e militares de hoje, de ontem e do passado mais distante, desejamos neste momento destacar trechos da magnífica oração do Senhor General João Baptista Figueiredo, proferida no Instituto Histórico e Geográfico, quando participava da solenidade de criação do Programa Nacional de Civismo, e recebeu o colar de Presidente de Honra do Instituto Brasileiro. Pela importância que se revestiu o referido discurso, vale a pena relembrar alguns tópicos nesta Casa, afim de conste em seus anais como fato histórico da mais alta importância:

"Talvez a República não fosse tão desejada então pelos que, hoje, como ontem, preferem a manutenção do "status quo". Pelos que apenas dão apoio verbal à transformação da sociedade brasileira, e preferem falar, em vez de procurar fazer sua parte para minorar injustiças e privilégios ainda existentes.

O modelo que repudiamos. As ideologias que atentam contra a liberdade mais fundamental do Homem, de pensar e de decidir. Apoiar ou divergir. Aplaudir ou condenar.

Creio não exagerar, portanto ao dizer: "Estamos, atualmente, em pleno processo de realização dos ideais e dos sonhos dos fundadores da República".

Em primeiro lugar, nunca, como nos dias de hoje, foi tão importante a participação de todo o povo no esforço nacional de aperfeiçoar as instituições políticas; amparar e apoiar a cultura; aproveitar e desenvolver os recursos econômicos; nesta fase da história nacional, convencionalmente denominada de abertura política, mais que em qualquer outra — conclama-

mos os brasileiros à participação consciente e firme nos caminhos apontados pelos fundadores da República.

A República dos meus sonhos é a da conciliação. Do progresso com liberdade. Da liberdade com responsabilidade fixada na lei. Da paz com justiça social. Da ordem dentro da democracia.

Da Suprema lei sobre a vontade dos homens.

A República dos meus sonhos, disse ainda — haverá de inspirar-se na ética do cristianismo, — que tão claramente identifica nossos traços nacionais.

Terá um Legislativo atuante em toda a plenitude constitucional.

E um Judiciário bravo e independente na aplicação das leis, respeitado pela autoridade provinda da insenção e da capacidade quase sobre-humana dos nossos juízes se colocarem acima das queixas e dos litígios.

Por isso mesmo, concluiu o Presidente João Baptista Figueiredo, será forte, justa e firme.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Nestes momentos de transtornos e de agitação em tantas partes da terra, por tão variadas razões, somos, sem dúvida, no Brasil uma comunidade tranqüila e esperançosa; quando se ouve a declaração de que acabamos de destacar, de que nos seus ideais ou nos seus sonhos que se antecipam a realidade, deseja um Legislativo atuante em toda a plenitude constitucional, um judiciário bravo, e um reconhecimento da capacidade de quase sobre-humana dos nossos juízes em se colocarem acima das queixas e dos litígios, porque esse é o desejo, com igual carga de sentimentos, ou de emoção, do povo paranaense que, com tanta honra, nos delegou poderes para representá-lo, a nós e a vós Senhores Deputados, nesta Assembléia Legislativa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Fabiano Braga Côrtes**). — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Dácio Leonel.

O SR. DÁCIO LEONEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A notícia de "bóias-frias" na Universidade Federal do Paraná merece um estudo e uma análise bastante profunda.

Estamos, agora, tomando conhecimento da existência de, aproximadamente, 400 professores, colaboradores da Universidade Federal do Paraná, que se assemelham aos suplementaristas da rede estadual de ensino, sem nenhuma garantia da legislação trabalhista.

Os colaboradores seriam aqueles que acumulam contratos e mais contratos, de quatro meses cada um, sem direito à férias, licença para especialização e mesmo a voto ou representação.

E se tudo isso não bastasse, também vivem da expectativa do suplementarista. Dependem da boa vontade dos departamentos para renovação de seus contratos.

Mas, a notícia veio a público em virtude de uma resolução que deverá ser votada, amanhã, pelo Conselho de Ensino e Pesquisa e que dará aos departamentos, a possibilidade de recusar os contratos desses colaboradores para o próximo período letivo.

Para os chamados colaboradores, o problema não está em buscar uma avaliação de seu trabalho, mas, entendem que, na referida resolução não são devidamente claros os critérios de avaliação em que se baseará cada Departamento.

Na verdade, regulamenta-se o arbítrio e fica colocado em risco a carreira de quatrocentos e tantos professores. Tanto é que os itens "e" e "f", do artigo 1.º, estabelecem que os departamentos não propõem outros contratos ao término do vigente se a atuação não for considerado satisfatória por falta de colaboração com o departamento, ou por outro motivo a critério do departamento.

Como conseqüência, aumentam as dúvidas dos professores, desejosos de saber se essa falta de colaboração e outros motivos, não poderiam ser a antipatia pessoal, ou divergências

ideológicas.

A verdadeira solução seria terminar com a situação ilegal do atual quadro docente das universidades federais, acabando com o drama desses professores que, triste e melancolicamente, já começam a ser chamados de "bóias-frias" da Universidade.

Fica o registro enquanto aguardamos o futuro.

Muito obrigado. — (**Sem revisão do orador**).

O SR. PRESIDENTE (**Fabiano Braga Côrtes**). — Concedo a palavra ao quarto orador inscrito, Sr. Deputado Darcy Deitos.

O SR. DARCY DEITOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Encaminhamos um requerimento a esta Casa, solicitando ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná, ao Excelentíssimo Senhor Diretor da Polícia Civil, o envio de Delegado Especial ao Município de Iretama para acompanhar o inquérito referente ao assassinato de duas polícias, ocorrido dia 5, último, naquela cidade.

Fazemos este requerimento porque estamos apreensivos quanto a conclusão daquele inquérito. Estamos apreensivos como estávamos em agosto deste ano, quando requeremos, nesta Casa, um envio de expediente ao Sr. Secretário de Segurança Pública, para que substituisse naquele município, o Delegado por um Delegado de carreira, cujo requerimento, naquela oportunidade, foi rejeitado pela bancada majoritária nesta Casa.

Dizia naquela oportunidade o eminente Deputado da bancada da Aliança Renovadora Nacional, de que, nós estaríamos interferindo no mando político, fazendo aquela solicitação. E eis que na seqüência dos fatos, dois policiais que estavam a serviço deste Delegado incompetente, que não tinha condições de continuar à frente da segurança daquele município, dois policiais foram barbaramente assassinados a sangue frio, por dois elementos que inclusive, são parentes do Prefeito daquele município, Sr. Joaquim Gonçalves Correia.

Consta, por duas testemunhas oculares do crime, de que inclusive, os assassinos chegaram até ao posto telefônico daquele município, no carro do Prefeito daquela localidade e que, inclusive, posteriormente à prática do crime, fugiram num veículo de propriedade do Sr. Prefeito Municipal.

Então, Sr. Presidente, Srs. Deputados, fazemos nesta oportunidade este requerimento, para que seja enviado um Delegado especial àquele município, para acompanhar a conclusão daquele inquérito porque, muito nos preocupa a segurança daquele município, como nos preocupa a segurança de todos os municípios do Estado do Paraná. Porque, Sr. Presidente, Srs. Deputados, quando em Campo Mourão, na substituição do Comandante do Batalhão da Polícia Militar daquela região, almoçávamos com o Comandante da Polícia Militar no Interior do Paraná, ele nos dizia, naquela oportunidade, de que e o porquê, os Deputados tão somente criticavam a polícia e, nunca defendiam a polícia. Nós, que somos representantes do povo, vimos a esta tribuna para defender o povo, e como os policiais também são povo, porque a Polícia Militar é composta na sua grande maioria, de homens humildes e honrados, — é que fazemos nesta oportunidade este registro, para que seja enviado, àquele município, um Delegado especial, para que não pairam dúvidas quanto ao inquérito e à veracidade dos fatos que devem ser apurados, porque, não que desconfiamos das autoridades que estão lá a apurar os fatos, mas, queremos que o Paraná saiba quem, quais foram os mandantes daqueles crimes, para que os mandantes paguem na Justiça aquilo que devem pelos crimes cometidos naquele município.

Muito obrigado. — (**Sem revisão do orador**).

O SR. PRESIDENTE (**Fabiano Braga Côrtes**). — Concedo a palavra ao quinto orador inscrito, Sr. Deputado Adalberto Daros.

O SR. ADALBERTO DAROS — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

Por diversas vezes temos vindo a esta tribuna, para nos reportarmos sobre as condições dos Advogados da Procuradoria



Geral do Estado. E nesta oportunidade, Sr. Presidente, Srs. Deputados, devo encaminhar à Mesa um requerimento de sugestão ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado, nos seguintes termos:

(Lê o requerimento):

"Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso das suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviada sugestão ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado no sentido de que abrevie a remessa de Mensagem Aditiva ao Anteprojeto que altera disposições da Lei n.º 7.074, que reestrutura a Procuradoria Geral do Estado para o fim de ser abolido o parágrafo único do artigo 24, que proíbe o exercício da advocacia particular aos funcionários daquele órgão público.

Fundamenta a sugestão a circunstância de que a Mensagem Governamental que se encontra nesta Casa, embora já aprovada pelas doulas Comissões, foi sobreestada sob a justificativa de que deveria ser aguardado aquele aditamento e o qual se encontra nas mãos do Excelentíssimo Senhor Secretário da Justiça, com a redação final.

A procrastinação nessa remessa vem dando origem a uma série de comentários sendo certo, inclusive, que, na Procuradoria Geral da República, já se encontra, até, uma representação de inconstitucionalidade contra o referido dispositivo.

Entende o Governo, entretanto, ser possível retificar aquele parágrafo do artigo 24 da Lei n.º 7.074, o que anima o subscritor deste requerimento, pois, assim, estaria solucionado um problema que afligindo a tantos quantos vinham exercendo a advocacia privada, sem prejuízo das suas funções.

A abreviação da medida será matéria de Justiça e a qual, por certo, não se furtará o honrado Governador do Estado.

Sala das Sessões, em 19 de novembro de 1979."

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Fabiano Braga Côrtes**). — Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao sexto orador inscrito, Sr. Deputado Gernote Kirinus.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê):

"Os brasileiros estão há mais de quinze anos suportando um verdadeiro carnaval de exceção e desrespeito dentro de um sistema político arbitrário; uma verdadeira gafeira, na qual quem está dentro não sai, e quem está fora não entra. E, enquanto isso, o "orquestrão" continua tocando em alto e estridente som, o trombone ameaçador, cujas notas musicais são verdadeiras ameaças dirigidas aos dançarinos das diversas posições musicais, nas mais diferentes estrofes e estribilhos populares.

Eis, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a triste situação de um povo embalado pelo carnaval, pelo futebol e pelas promessas de readquirir a liberdade e o direito do voto, em eleições presidenciais, para Governos Estaduais e Prefeitos de Capitais, Estâncias Hidrominerais e Faixas de Fronteira.

Primeiro foi a Espanha. Depois a Inglaterra, e também Portugal. Agora, porém, chegou a vez das multinacionais. A sombra de "slogans" de progresso, milagres econômicos de um País que está a um passo do abismo: "deu um passo à frente e ninguém segura mais" "este País é o Brasil". Ame-o ou deixe-o". A ordem soa por todos os cantos. "Não fale em crise, trabalhe"; "Plante que o João garante"; "Não reclame da inflação, pechinche".

E as multinacionais continuam a desfilar no palco bem iluminado do progresso, e na gafeira segue o "bailão", calmamente, com muita gente, 120 milhões para ser mais exato, dando voltas descompassadas, de braços dados com a miséria e a penúria, enquanto que a "mão estendida", petrificada de tanto bater e torturar, garante o investimento das multinacionais.

Se não fosse o Doca, um crioulo bem comportado cair fora do normal, tudo passaria despercebido — fecha e enqua-

dra —.

Quem está fora não entra... e fecharam-se as portas. Nem Leonel de Moura Brizola; nem Miguel Arraes; nem Comissão de Direitos Humanos e a subversão Carterniana; nem requerimentos pedindo informações — simples informações —; nem CPIs são aprovadas. É esta uma forma de se manter impunes e sem perturbações, o continuísmo deste carnaval de arbitrariedades.

Lacram-se as portas aos brasileiros, enquanto que o Presidente João Figueiredo afirma que lugar de brasileiro é no Brasil, mas, abrem-se as portas do fundo monetário, para a entrada triunfal do capital estrangeiro. Quem está dentro não sai. Se, se atrever a sair, tem de deixar vinte e dois mil cruzeiros de depósito compulsório, isto para evitar a saída do cruzeiro para o exterior, comprometendo a "economia nacional".

Mas, enquanto isso, pela porta dos fundos, aquele dólar "viajante", fortemente munido com passaporte multinacional, vai sangrando a economia nacional. E lá no coreto do "orquestrão" ouve-se alguns músicos afirmarem: "E viva a ditadura da mão-de-ferro; não deixe folga, pois se este povo miserável deste "berço esplêndido" acordar, nos arreventa os dentes". Este é o comentário dos tubarões, palitando os dentes, satisfeitos e felizes, do alto do seu trono, construído às custas do proletariado.

É bom que se mantenha o "faixa preta" para garantir a ordem, a paz e progresso da gafeira — muitos afirmam com toda a autoridade —. Isto porque não há quem possa enfrentá-los. Todos deverão rebolar sem bambolê. Só tome cuidado com esta tal de unidade, pois unidos não há quem possa vencê-los e não haverá a mínima chance para o "faixa preta".

Pluripartidarismo neles, mas sem entregar os pontos ganhos como: a Lei Falcão; Salvaguardas, Pacote de Abril etc. Guerra é guerra.

"Fale, nobre Deputado — concedo o aparte — pode falar a vontade, nobre Deputado". É o que se houve, mas com a complementação: "Estamos numa democracia com plena liberdade para falar". E em seguida, outra complementação: "Mas não esqueça, nobre Deputado, de nossa posição — deixamos questão aberta, mas temos a certeza de que a nossa "valorosa" bancada, votará contrariamente a sua solicitação; ao seu requerimento; ao seu simples pedido de informações".

O SR. PRESIDENTE (**Fabiano Braga Côrtes**). — A Mesa informa ao nobre Deputado que Vossa Excelência passa a falar agora dentro do Grande Expediente, dado o horário do Pequeno Expediente estar esgotado.

Concedo a palavra a Vossa Excelência no Grande Expediente.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Estamos chegando ao final de mais um período legislativo, de mais um ano de trabalho parlamentar. Num rápido balanço, somando dividendos, ganhos e perdas, nos resta a ressaca, o cansaço de uma prolongada noite de vigília e espera.

A inflação cresceu. A dívida externa aumentou. O povo empobreceu ainda mais. As transnacionais cresceram com generosas concessões. Velhos políticos voltaram, retornaram mediante uma anistia que mais nos parece a aplicação de anestesia local, portanto parcial.

Os partidos políticos, criados pela revolução de março de 64, serão reformulados, ou melhor extintos, e aqui lembramos uma frase do nobre Deputado Federal Ulisses Guimarães: "O Poder é terrível, quem não o exerce é vítima dele". Mas assim vamos recompondo o grande salão da alegria e das festas das multinacionais, o Brasil, para a próxima noite festiva dos tubarões, e para uma noite de vigília e angústia para a grande maioria do povo brasileiro.

O governo vai se preparando e se armando para seguir sua nobre função de proseneta a serviço das multinacionais.

O Brasil transformou-se no paraíso das multinacionais. Nossa economia totalmente dependente, atrelada a uma

extraordinária dívida externa. Conta no campo industrial, apenas com o setor siderúrgico e do combustível, dominado por empresas públicas. O cimento dominado por empresas nacionais privadas, e o restante está sob o controle das multinacionais; onde não passam de filiais de corporações americanas (conforme conclusão de Maria Conceição Tavares e Luiz O. Façanha, no encontro de economistas e no seminário de Campinas - SP).

A sangria se faz através das fabulosas remessas de divisas acobertadas por uma lei elástica e frágil, de um governo comprometido na corrupção junto às multinacionais.

São as famosas importações de tecnologia, taxas de risco cobradas junto aos empréstimos contratados, remessas de juros ao exterior, superfaturamentos fictícios, royalties e outros métodos comuns na fraude cambial ou no que poderíamos denominar de Verdadeiro Contrabando de Dólares. Contrabando este, mil vezes mais nocivo que o contrabando do café ao Paraguai.

Para medir o montante do prejuízo que nos trouxeram as multinacionais, basta examinarmos as estatísticas. **(Anexo quadro estatístico, na página 09).**

Um expediente obscuro, usado pelas multinacionais, é o endividamento das subsidiárias no Brasil, mediante empréstimos contraídos junto à matriz. Conforme a Gazeta Mercantil, do dia 12/09, as subsidiárias multinacionais, com raras exceções, são as que mais se endividaram nos últimos cinco anos.

Dados do Banco Central comprovam: em 30/12/77, existiam 16,3 bilhões de dólares no País, que entraram através de empréstimo direto das matrizes estrangeiras para as suas subsidiárias nacionais.

Aqueles recursos representavam mais que a metade da dívida externa, que então girava em torno de 32 bilhões de dólares.

Estes empréstimos, oriundos de capital ocioso das matrizes, eram jogados impunemente no "open market", em cujo processo, as subsidiárias funcionavam como plataformas para aplicações no mercado financeiro local.

Várias foram as denúncias de superfaturamento. Uma filial da Phillips, produz circuitos integrados no Nordeste. Esses componentes eletrônicos são exportados para a Holanda, a um dólar cada unidade. Meses depois, o Brasil importa os mesmos circuitos integrados, ao preço de 12 dólares cada unidade.

Uma fonte da CACEX, informou sobre vários superfaturamentos sem que pudesse punir os importadores, porque haviam recebido autorização da CACEX. Citou o exemplo da DOW Química, que importou monômero de estireno ao preço superior ao do mercado, o que foi constatado posteriormente. (O Estado de São Paulo, 15/07/79).

Enquanto esta criminosã expolição de nosso povo vem sendo praticada pelas multinacionais, o Governo, a mando das mesmas, procura por todos os meios, se manter no poder.

Fala-se da reformulação partidária, da abertura política, quando na verdade estudam os meios de se manterem no poder a qualquer custo.

Muitos brasileiros foram vitimados pelo regime de força, pelo simples fato de se empenharem na defesa nacional. Foram declarados como inimigos da Pátria, da Ordem e do Progresso. O verdadeiro inimigo, de alta periculosidade, que são as multinacionais, está sendo protegido.

Recebem estes inimigos proteção e cobertura mesmo quando lesam, através de fraude cambial, empresas nacionais, como é o caso da Glitz Paraná S/A.

A multinacional NEVA, desviou cerca de US \$ 300 mil para a André de Lausane, através de fraude cambial, sonegando a parcela devida à Glitz do Paraná S/A., com a qual mantinha relações comerciais. Esta firma, ao procurar seus direitos, encontrou um forte esquema de proteção à NEVA, por parte de

autoridades ligadas aos órgãos governamentais (CACEX, Banco Central e outros). Dentro do esquema da corrupção e defesa das multinacionais, aparecem como suspeitos, nomes-chaves como Mário Henrique Simonsen, Karlos Rischbieter, e Golbery do Couto e Silva.

Eis porque concluímos, endossando as palavras do eminente Deputado Federal, Epitácio Cafeteira, do MDB do Maranhão, ao Excelentíssimo Sr. João Baptista Figueiredo, que "seu grande adversário não é o MDB; não são as oposições partidárias, mas são as multinacionais, que antes se organizavam em torno de instituições como o IBAD, e hoje, se encontram incrustadas nos Ministérios e no próprio Governo, atuando contrariamente aos interesses nacionais".

O mesmo, dizemos ao General Ney Braga e à sua bancada nesta Casa. Os mesmos, os grandes adversários políticos ao plano plurianual deste Governo, recentemente apresentado a esta Casa, cuja meta manifestada é o homem, não somos nós da Oposição, mas as multinacionais, somada a dependência gerada pela dívida externa.

Esta é a terrível herança de um regime militarista que inviabiliza qualquer intenção séria de um governo para com o homem de nossa terra.

Como quer o Governo Estadual voltar-se a estimular a estrutura produtiva de seu Estado para produzir bens de consumo popular - alimentos e outros produtos a curto prazo (dois anos) - ao mesmo tempo em que os débitos da Nação, para com os banqueiros internacionais têm vencimento certo e a economia da Nação inteira, precisa gerar divisas para pagar estes débitos?

Isto significa, à primeira vista: uma necessidade premente de manter o esforço na produção de exportação, expulsando do campo os que não produzem em escala empresarial neste sentido: favorecer as indústrias que exportam com enormes subsídios e manter a política de arrocho salarial. Jogando sobre os ombros dos trabalhadores todos os efeitos da crise econômica; continuar com uma política econômica que garante a estrada de capitais externos no País, mantendo uma legislação altamente favorável aos capitais estrangeiros e às remessas de lucros para o Exterior?

E torna-se evidente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que tudo isto é incompatível com a política cuja meta é o homem, voltado para os interesses do homem do campo e às massas trabalhadoras, conforme anuncia o plano plurianual do Governo.

Se não bastasse a contradição manifestada na bancada que deveria sustentar esta meta, ao votar contra os interesses dos metalúrgicos, em requerimento apresentado por este Parlamento, mantemos nossas dúvidas pela seriedade de pessoas que se contradizem dentro do próprio regime.

No entanto, para que possamos levar a sério as intenções deste governo, convidamos o General Ney Braga e a todos os seu liderados, a serrar fileiras ao lado da Oposição, no combate altivo e corajoso ao inimigo comum de nossa Pátria, que é a dominação estrangeira através das multinacionais.

Para tanto, só há uma fonte de libertação nacional. Só as camadas populares, rurais e urbanas, e em particular os operários, podem sustentar uma oposição conseqüente ao capital estrangeiro, propondo a renacionalização do nosso País, como passo importante na luta por transformações sociais conseqüentes. Ao contrário, seguiremos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, pelas trilhas da desonra, e sustentando a pecha de traidores, de entregadores da Nação brasileira e de nosso povo, à escravidão das multinacionais. E nesse momento em que os convoco para esta luta, encerro meu pronunciamento, lembrando parte do Hino da Independência: "Ou ficar a Pátria livre, ou morrer pelo Brasil".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Domício Scaramella) Consulto a Lide-



SALDO DE CAPITAIS								
ATÉ JULHO DE 1975 – EM US\$ MILHÕES								
NOME	Inves- timen- to	Reinves- timen- to	Lucros e divid. remetidos p/externo após 1965	Gastos com import. de tec. remeti- após 1965	Entrada de capital no país desde a implan- tação	Saída do capital após 1965	Saldo (-) negativo ( ) positivo	Importa- ções efe- tuadas em 1974
Volkswagen	119,5	72,8	70,6	208,5	119,5	279,1	- 159,6	146,8
Rhodia	14,3	108,7	39,9	20,7	14,3	60,6	- 46,3	88,4
Esso	1,8	67,7	44,5	-	1,8	44,5	- 42,7	-
Pirelli	23,7	37,8	45,1	19,8	28,7	64,9	- 36,2	93,8
Phillips	9,9	51,2	5,0	9,4	9,9	14,4	- 4,5	59,2
Firestone	4,1	44,5	48,1	2,1	4,1	50,2	- 46,1	35,6
General Electric	13,9	32,2	19,4	4,3	13,9	23,7	- 9,8	30,5
Souza Cruz	2,5	129,5	81,3	1,0	2,5	82,3	- 79,8	15,9
Johnson & Johnson	0,7	34,0	17,0	5,7	0,7	22,7	- 21,9	10,7
Anderson Clayton	1,4	28,2	16,8	-	1,4	16,8	- 15,4	-
Light	102,0	86,4	114,7	0,6	102,0	115,3	- 12,7	43,3
	293,8	693,0	502,4	272,1	298,8	774,5	- 475,7	524,2

\* sortie des 10 dernières années — déficit souestimé

\* investissement avec des machines et équipements que tendent à être survalorisés (Instruction 113 Sumoc)

Source: D. C. Nacional

4,14% du  
total des  
importations  
du pays.

BALANÇA COMERCIAL DAS 616 PRINCIPAIS EMPRESAS			
(SETORES COM DÉFICIT)			
1976			
US\$ Milhões			
EMPRESAS	EXPORTAÇÃO	IMPORTAÇÃO EFETIVA	DÉFICIT
Química, Farmacêutica, Perfumaria	401	1.708	1.307
Serviços de Utilidade Pública	30	581	551
Material Elétrico	157	490	333
Fertilizante	6	191	185
Mecânica	69	227	158
Tratores	28	182	154
Pneumáticos	13	157	144
Construção Naval	27	144	117
Material de Escritório	86	177	91
Produtos Minerais não Metálicos	13	100	87
Autopeças	29	94	65
Papel e Celulose	40	90	50
Construção Civil	12	59	47
Têxtil, Vestuário, calçados	74	111	37
Automóveis	351	359	8

rança do MDB se deseja fazer uso do horário que, regimentalmente, lhe é reservado. — **(Declina)**.

Havendo declinado, consulto à Liderança da ARENA se deseja fazer uso do horário que, regimentalmente, lhe é reservado. — **(Declina)**.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

**EM VOTAÇÃO DISCUSSÃO ÚNICA** — da Proposição n.º 146/79 — Veto apostado ao Projeto de Lei n.º 71/79, de autoria do Deputado TADEU LÚCIO MACHADO, que declara de utilidade pública o Diretório Acadêmico "Octávio Mazzioti", com sede e foro na cidade de Jacarezinho. Parecer da C.C.J., considerando em condições de ser apreciado pelo Plenário. **Rejeitado o projeto, mantido o veto.**

**EM VOTAÇÃO 2ª DISCUSSÃO** — do Projeto de Lei n.º 79/79, de autoria do Poder Executivo, (Mens. Govern. n.º 65/79), que objetiva transformar em Verba de Representação, a favor dos atuais Conselheiros e Auditores do Tribunal de Contas e dos atuais Procuradores do Estado junto ao mesmo Tribunal, as gratificações que especifica. Pareceres Favoráveis da C.F., C.R.H., e Substitutivo Geral, por unanimidade. Em regime de urgência. — **Aprovado pelo Substitutivo Geral, artigo por artigo.**

#### "PROJETO DE LEI N.º 79/79 SUBSTITUTIVO GERAL

Art. 1.º — Ficam transformadas em verba de representação:

I — Em favor dos atuais Membros do Conselho Superior do Tribunal de Contas do Estado, a gratificação "pro labore" por eles percebidas, na forma legal, até 30 de abril de 1979, pelo exercício dessa função;

II — Em favor dos atuais Conselheiros e Auditores, bem como dos Procuradores do Estado junto ao mesmo Tribunal, a gratificação de produtividade de que trata o Art. 1.º, da Lei 6569, de 25 de junho de 1974.

Art. 2.º — Fica assegurada ao Presidente, ao Vice-Presidente e ao Corregedor do Tribunal de Contas do Estado, quando no exercício dos referidos cargos, a verba de representação que vêm percebendo em decorrência dessas funções.

Art. 3.º — As providências decorrentes desta Lei não poderão acarretar benefício ou prejuízo aos Conselheiros, Auditores e Procuradores, nem aumento da despesa pública em relação ao montante dispendido, na data-base a que se refere o inciso I do Art. 1.º, com o pagamento das vantagens referidas.

Art. 4.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13 de novembro de 1.979.

(a) ERONDY SILVÉRIO"

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Lei n.º 146/79, de autoria do Poder Executivo, (Mens. Govern. n.º 116/79), que altera a organização administrativa da Fundação Educacional do Estado do Paraná — FUNDEPAR. — **Aprovado.**

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 146/79.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
**D E C R E T A:**

#### PROJETO DE LEI N.º 146/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**D E C R E T A:**

Art. 1.º — A Fundação Educacional do Estado do Paraná FUNDEPAR, pessoa jurídica de direito privado, com sede e foro na cidade de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, vinculada à Secretaria de Estado da Educação, tem por finalidade incentivar e amparar o desenvolvimento e difusão das atividades educacionais em todo o território estadual.

§ 1.º — Dentro desse objetivo, a FUNDEPAR atuará como instrumento de captação de recursos, e sua aplicação em projetos de interesse educacional, constituindo-se em instituição de apoio às atividades compreendidas nas áreas de ação da Secretaria de Estado da Educação.

§ 2.º — No cumprimento de suas finalidades, a FUNDEPAR poderá celebrar acordos e convênios com entidades públicas e particulares, e empregar outros meios compatíveis com sua natureza de função, inclusive realizando operações à conta de seu patrimônio, cujos resultados serão aplicados em projetos educacionais.

Art. 2.º — A FUNDEPAR terá prazo de duração indeterminado, gozará de autonomia administrativa e financeira, e reger-se-á de conformidade com seu Estatuto, aprovado por Decreto do Poder Executivo.

Art. 3.º — A estrutura básica de direção da FUNDEPAR, compreende os seguintes órgãos:

I — Conselho de Administração;

II — Diretoria.

Art. 4.º — Observado o disposto no art. 95, da Lei n.º 6.636, de 29 de novembro de 1.974, o Conselho de Administração é o órgão superior de formulação da política de ação da entidade, de acompanhamento de sua execução, análise do desempenho no cumprimento de suas finalidades e objetivos institucionais, sendo composto pelos seguintes membros:

I — O Secretário de Estado da Educação, como seu Presidente;

II — O Secretário de Estado das Finanças;

III — O Diretor-Superintendente;

IV — Seis membros, dentre os quais um representante da Secretaria de Estado do Planejamento, indicado pelo respectivo Titular e os demais pelo Secretário de Estado da Educação, nomeados pelo Governador do Estado para mandato de 03 (três) anos, permitida recondução por apenas uma vez.

§ 1.º — O Diretor-Superintendente integra o Conselho de Administração como seu Secretário Executivo, cumprindo-lhe, nesta condição, implantar as decisões e deliberações do colegiado.

§ 2.º — Os membros referidos nos incisos I, II e III, são considerados natos e serão substituídos em suas ausências e impedimentos pelos seus substitutos legais.

Art. 5.º — Ao Conselho de Administração competem, no que couber, as atribuições de que trata o Art. 96, da Lei n.º 6.636, de 29/11/74, e as que lhe forem atribuídas pelo Estatuto.

Parágrafo único — O Conselho de Administração promoverá o controle econômico e financeiro e a orientação técnica da FUNDEPAR, na forma da legislação vigente.

Art. 6.º — A Diretoria será constituída pelos seguintes membros indicados pelo Secretário de Estado da Educação e nomeados pelo Governador do Estado:

I — Diretor Superintendente;

II — Diretor Administrativo.

Art. 7.º — Ao Diretor Superintendente compete a representação jurídica da FUNDEPAR e a coordenação superior das atividades da Fundação no interesse da educação em todos os setores.

§ 1.º — O Diretor Superintendente será substituído em suas ausências e impedimentos pelo Diretor Administrativo.

§ 2º — Na hipótese de impedimento do Diretor Superintendente ser superior a 30 (trinta) dias, o Diretor Administrativo, por sua vez, será substituído por funcionário da FUNDEPAR, que será designado pelo Conselho de Administração.

Art. 8º — Ao Diretor-Administrativo compete a coordenação geral das atividades da FUNDEPAR, especialmente aquelas relacionadas com despesas, receita, patrimônio, pessoal e material, bem como assinar em conjunto com o Diretor-Superintendente, documentos de interesse da fundação.

Art. 9º — O patrimônio da FUNDEPAR será constituído:

a) — do acervo de bens móveis e imóveis, atualmente ocupados, administrados e que já vêm sendo utilizados pela FUNDEPAR;

b) — do acervo patrimonial do Fundo Estadual de Ensino;

c) — dos saldos do exercício anual;

d) — de outros bens ou recursos que lhe sejam doados, destinados ou que vier a adquirir.

Art. 10 — Constituirão receitas da FUNDEPAR:

a) — dotações consignadas no orçamento do Estado ou de outras entidades públicas;

b) — as receitas eventuais e o produto da alienação de bens móveis e imóveis;

c) — doações, legados, auxílios, constituições e subvenções de entidades públicas, de pessoas físicas ou jurídicas;

d) — receitas provenientes de contratos, acordos e convênios que vierem a ser celebrados com entidades públicas ou privadas, nacionais e estrangeiras, para a realização de trabalhos afetos às suas finalidades;

e) — o produto da arrecadação da quota estadual do Salário-Educação consignado no Orçamento do Estado;

f) — outros recursos, de origem interna e externa, de entidades públicas ou privadas, nacionais e estrangeiras, inclusive operações de crédito.

Parágrafo único — A manutenção e expansão dos serviços e atividades da FUNDEPAR será assegurada por dotação específica consignada anualmente no Orçamento do Estado.

Art. 11 — O patrimônio, a renda e os serviços da FUNDEPAR ficam isentos de impostos, relativamente à Fazenda Estadual.

Art. 12 — Determinada por Lei, a extinção da FUNDEPAR, seu patrimônio, apurado em processo de liquidação, reverterá ao Estado do Paraná.

Art. 13 — A FUNDEPAR prestará contas ao Tribunal de Contas do Estado, na forma regulamentar.

Art. 14 — O regime jurídico do pessoal da FUNDEPAR, será o da Legislação Trabalhista.

Parágrafo único — Os servidores da administração estadual poderão ser colocados à disposição da FUNDEPAR, percebendo remuneração exclusivamente por uma das fontes, com todas as vantagens da lei.

Art. 15 — A remuneração dos membros da Diretoria será fixada anualmente pelo Conselho de Administração, em valores que não ultrapassem a dos Secretários de Estado.

Art. 16 — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas a Lei nº 4.599, de 02 de julho de 1.962, e demais disposições em contrário.

Curitiba, em 25 de setembro de 1.979.

(a) NEY BRAGA

Sala das Comissões, em 13 de novembro de 1.979.

(aa) Ezequias Losso, Presidente; Augusto Carneiro, Relator

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 148/79, de autoria do Deputado JOÃO MANSUR, que declara de utilidade pública a "Associação de Defesa e Orientação ao Consumidor - ADOC" com sede e foro na cidade de Curitiba. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 153/79, de autoria do Deputado MÁRIO CELSO, que institui o "Dia do Poeta", a ser comemorado anualmente, no dia 04 de outubro. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 163/79, de autoria do Deputado EDILSON ALENCAR, que declara de utilidade pública o "Lar Batista Bíblico de Assis Chateaubriand", com sede e foro no Município de Assis Chateaubriand. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 159/79, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. nº 129/79), que dispõe sobre reservas de terrenos devolutos em zonas urbanas, para que mediante escolha do Instituto de Terras e Cartografia, dê-lhes as finalidades que aqui especifica. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.T.I.C., por unanimidade. — Em Regime de Urgência. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 167/79, de autoria do Deputado RUBEN VALDUGA, que declara de utilidade pública a "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais" de Primeiro de Maio, Paraná, com sede e foro na cidade de Primeiro de Maio. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 168/79, de autoria do Deputado RUBEN VALDUGA, que declara de utilidade pública o "Centro de Recreação Tia Izaura", com sede e foro na cidade de Primeiro de Maio, Paraná. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 169/79, de autoria do Deputado RUBEN VALDUGA, que declara de utilidade pública a "Nossa Escolinha de Educação da Criança Excepcional - NEECE", com sede e foro na cidade de Primeiro de Maio, Paraná. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 170/79, de autoria do Deputado RUBEN VALDUGA, que declara de utilidade pública a "Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Primeiro de Maio", com sede e foro na cidade de Primeiro de Maio, Paraná. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 38/78, de autoria do Deputado DAVID FEDERMANN, que dá nova redação ao Art. 3º e seus incisos I e II, da Lei nº 4556, de 13/03/62, já alterada pelo Art. 4º da Lei nº 5182, de 17/11/65 (que cria o Distrito Administrativo e Judiciário de Piquitos). Parecer Favorável da C.C.J., por maioria.

PROJETO DE LEI Nº 38/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — O Distrito Administrativo de Piquitos, no Município de Ponta Grossa, mantidas as divisas do Distrito Judiciário e a atual sede - passa a ter as seguintes divisas:

#### I. Com a sede

Inicia na confluência do Rio Tibagi com o Rio Taquarí, subindo por este até a sua cabeceira, daí por linha reta e seca até a cabeceira do Arroio Chapada, descendo pelo mesmo até a formação do Arroio Grande e por este até a formação do Rio Congonhas, seguindo pelo mesmo até a sua foz no Rio Pitangui, descendo pelo último até o Rio Tibagi, subindo por este até

a foz do Arroio Barbados e por este até o Arroio Casa Branca, seguindo em linha seca e reta desde a cabeceira do Arroio Taguarussu, no Arroio Campo da Bocaína, subindo o Taguarussu até a sua cabeceira, seguinte por linha seca e reta até a sua cabeceira no Rio das Conchas e, por este até a sua foz, fechando o perímetro pelo Rio Tibagi.

## II. Com o Distrito de Uvaia

Inicia na confluência do Rio das Conchas com o Rio Tibagi, subindo o primeiro até sua cabeceira, daí em linha seca e reta até a cabeceira do Arroio Taguarussu, descendo o mesmo até sua foz no Arroio Campo da Bocaína, daí em linha seca e reta até a cabeceira do Arroio Casa Branca, por este e pelo Arroio Barbados até o Rio Tibagi.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11 de abril de 1979.

(a) DAVID FEDERMANN

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 38/78

### PARECER:

O Projeto de Lei nº 38/78, de autoria do nobre Deputado David Federmann, tem por objetivo dar nova redação ao Art. 3.º e seus Incisos I e II, da Lei 4556, de 13 de março de 1.962, que cria o Distrito Administrativo e Judiciário de Piquitos, alterado pelo Art. 4.º da Lei nº 5182, de 17 de novembro de 1965, como especifica.

O presente projeto de lei foi convertido em diligência junto aos Poderes Executivo e Legislativo de Ponta Grossa, a fim de que os mesmos opinassem sobre a alteração proposta, o que foi cumprido e respondido favoravelmente.

Assim, o projeto citado, está em condições de ter a sua tramitação normal.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua Aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 29 de agosto de 1979.

(aa) Gilberto Carvalho, Presidente e Relator

Em votação. —

### O SR. AUGUSTO CARNEIRO — (Para encaminhar a votação)

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Sinto-me no dever de pedir o encaminhamento, para dizer que, quando este projeto de lei tramitava na CCJ, teve meu voto contrário, por entender que este projeto era inconstitucional, em face do Art. 91 da Constituição do nosso Estado, impedir que se mude ou se altere Divisas Judiciárias de qualquer Distrito ou Município, isto sendo da alçada do Poder Judiciário única e exclusivamente, porém, em entendimentos com o Deputado autor do presente projeto, o ilustre Deputado David Federmann, convenceu-nos com referência à necessidade de alterar as divisas do Distrito Administrativo, então, houvermos por bem fazer uma Emenda Substitutiva, que deveremos apresentar na próxima sessão, quando se votará este projeto, cuja Emenda é para corrigir a deficiência de inconstitucionalidade que, ao nosso ver, existe.

Por isso, votamos hoje a favor, nesta primeira votação, reservando-nos a, na próxima sessão, apresentar a Emenda Substitutiva que excluirá as Divisas Judiciárias do presente projeto, porque isto é única e exclusivamente da alçada do Poder Judiciário e não desta Casa, e nos limitaremos então a modificar as divisas do Distrito Administrativo, porque é o que realmente interessa à cidade de Ponta Grossa.

Era só, Sr. Presidente.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

### O SR. PRESIDENTE — (Domício Scaramella) Em votação.

— **Aprovado.**

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Caetano Belenda. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento dos jovens Heliel Matheus Iensen, Denise Mara Ramos, Vivian Lorena Ramos e Miguel Francisco Júnior, membros da Assembléia de Deus, nesta Capital. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Ezequias Losso, Augusto Carneiro e Fabiano Braga Côrtes, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhorita Nely Sato, filha do ex-Deputado Jorge Sato. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Recursos Humanos, em forma de apelo, no sentido de que seja incluído aos contra-cheques de vencimentos do pessoal da Polícia Militar do Estado, a especificação do código referente aos descontos incluídos nos vencimentos daqueles servidores. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Cheriegate, com o apoio do Sr. Deputado Adalberto Daros, constante do expediente, solicitando voto de louvor ao Sr. Abdo Aref Kudri, eleito Presidente da Associação dos Proprietários de Jornais e Revistas do Estado do Paraná. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à Associação dos Proprietários de Jornais e Revistas do Paraná, pela eleição da nova Diretoria. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Sr. Desembargador Luiz Renato Pedroso, pela sua eleição para a 1.ª Vice-Presidência da Associação dos Magistrados Brasileiros. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Chefe do 9.º DRF, do DNER, encarecendo agilização nos estudos para pavimentação da estrada Campo Mourão - Cruzeiro do Oeste. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando seja oficiado à Presidência da COPEL, reiterando pedido formulado para a implantação de eletrificação rural no Distrito de Diamante, Município de Guaraniáçu. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente da TELEPAR, encarecendo a instalação de um posto de telefone no Distrito de Diamante, Município de Guaraniáçu. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente, solicitando voto de aplausos à Associação de Defesa do Consumidor, pela realização do I Encontro Nacional de Associações de Defesa do Consumidor. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Ezequias Losso e Augusto Carneiro, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento dos jovens Heliel Matheus Iensen, Denise Mara Ramos, Vivian Lorena Ramos e Miguel Francisco Júnior. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente, solicitando voto de aplausos à criação da Associação das Empresas Proprietárias de Jornais e Revistas

do Paraná, bem como à sua primeira diretoria, presidida pelo Jornalista Abdo Aref Kudri. — Em votação.

O SR. MÁRIO CELSO — Sr. Presidente, para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE — (**Domício Scaramella**) Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Mário Celso.

O SR. MÁRIO CELSO — Considero importante, Sr. Presidente, a criação dessa Associação e deixo registrado aqui, um trecho do discurso do Presidente eleito por unanimidade, Dr. Abdo Aref Kudri, que frisou o seguinte: "Se ocorrer qualquer atentado à imprensa não titubearei em tomar necessárias medidas em defesa dela, num clima de total independência".

Considero muito importante esse trecho como todo o pronunciamento do ilustre Presidente, e registro também, para que os Anais da Casa registrem também para a posteridade a primeira Diretoria dessa Associação:

Presidente Abdo Aref Kudri.

1.º Vice-Presidente: Francisco Cunha Pereira Filho, da "Gazeta do Povo".

2.º Vice-Presidente: João Milanez, da "Folha de Londrina".

1.º Secretário: Ubaldo Siqueira, da "Folha de Londrina".

2.º Secretário: Mussa José Assis, do "Estado do Paraná".

1.º Tesoureiro: Cândido Gomes Chagas, do "Paraná em Páginas".

2.º Tesoureiro: Bayard Osna, do "Correio de Notícias".

Conselho Fiscal:

Presidente Paulo Pimentel de "O Estado do Paraná" e "Tribuna do Paraná".

João Baptista Cotta, de "A Notícia" e Edvaldo Labatut, do "Diário do Paraná", são os membros titulares.

Membros Suplentes:

Emir Sfair, Arquimedes Anastácio, da "Folha do Comércio", Faruk El Khatib, da Revista "Atenção".

Era só, Sr. Presidente - (**Sem revisão do orador**).

O SR. PRESIDENTE — (**Domício Scaramella**) Em votação. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente da TELEPAR, encarecendo um reestudo no plano de cobrança das ligações interurbanas. — Em votação.

O SR. MÁRIO CELSO — (**Para encaminhar**) Simplesmente encaminho este ofício, Sr. Presidente, Srs. Deputados, porque esse sistema, esta tarifa especial, ela foi implantada atendendo solicitação da TELEBRÁS.

Está, naturalmente, em caráter experimental. Assim sendo sugiro à TELEPAR, porque considero importante esta implantação do sistema. É válida a idéia e realmente o interurbano está mais barato em determinado horário.

Agora não é justo quem está no interior e queira fazer uma ligação a pagar, não tenha também este abono, este desconto. Só pedimos um reestudo para que a TELEPAR, coloque em prática uma ação neste sentido, visando a prática neste sentido também. A ligação a pagar também seja beneficiada com este desconto nos horários previstos das vinte horas às oito horas da manhã, e nos domingos e feriados.

Muito obrigado. — (**Sem revisão do orador**).

O SR. PRESIDENTE — (**Domício Scaramella**) Em votação. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, lido da tribuna, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Educação, pedindo esclarecimentos com respeito ao aumento das mensalidades de escolas superiores particulares. —

O SR. MÁRIO CELSO — (**Para encaminhar**) Sr. Presidente, ilustres Companheiros.

Apenas quero deixar registrado aqui, que estou preocupado com o movimento que nasceu dentro da Faculdade Católica; que naturalmente é o reflexo de todo o clima gerado no meio estudantil paranaense.

O problema do aumento das anuidades para 1980.

O acréscimo, segundo consta, segundo os boatos que correm dentro das Universidades, será na ordem de setenta por cento, que consideramos uma injustiça e algo realmente improvável até.

Muitos dos estudantes possuem um orçamento pré-elaborado e para que eles possam então fazer uma avaliação dentro da sua despesa para a próxima temporada, eles têm que saber qual será a taxa de acréscimo.

Assim sendo, estou solicitando à Secretaria da Educação e Cultura, que se posicione com referência ao fato; ao mesmo tempo que peço o congelamento das mensalidades e anuidades. Registro para aqueles que ainda não têm conhecimento do teor do requerimento, o seguinte:

"Considerando que os estudantes da Faculdade Católica iniciaram o movimento visando o congelamento das anuidades para 80;

Considerando que a informação recebida por universitários é que o aumento será fixado na base de setenta por cento;

Considerando que existe um desencontro de informações, gerando revolta e provocando imprevistos;

Considerando que muitos estudantes, a maioria, são do interior, e dependem de orçamento pré-elaborado;

Considerando ainda que o custo atual do ensino no Brasil está fixado em índices muito elevados, pergunto:

1. A fixação da taxa escolar, a mensalidade e anuidade é feita somente pelo Ministério da Educação ou o MEC. Enfim que é que fiscaliza?

2. As Escolas Superiores, particulares são obrigadas a cobrar somente a quantia fixada pelo Ministério; ou tem liberdade para fixar o novo valor das mensalidades ou anuidades?

Isto porque houve este acréscimo exagerado, que na própria Assembleia dos Estudantes foi levantado.

3. A Secretaria da Educação tem conhecimento do novo índice de aumento que vai gerar o acréscimo nas mensalidades do próximo ano?

Para saber se o Sr. Secretário já recebeu a comunicação do Ministério da Educação sobre o aumento do próximo ano, das anuidades.

4. Existe possibilidade da Secretaria da Educação do Paraná, exercer uma ação, visando o congelamento dos preços, as mensalidades e anuidades, possibilitando a tranquilidade para milhares de famílias?

Então apenas quero saber se existe a possibilidade de exercer uma ação. Não que ela vá congelar; eu sei que isso compete ao Ministério da Educação, ao Governo Federal. Mas ela pode muito bem levantar a bandeira, pode muito bem também fazer uma somatória junto a outras entidades, visando naturalmente o congelamento, porque é uma questão de justiça.

Era isso, Sr. Presidente, nobres Companheiros da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Muito obrigado. — (**Sem revisão do orador**).

O SR. PRESIDENTE — (**Domício Scaramella**) Em votação.

Os Srs. Deputados que estiverem de acordo, permaneçam como estão. (**Pausa**) **Aprovado.**

O SR. ERONDY SILVERIO — (**Pela ordem**) Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (**Domício Scaramella**) Deferido o requerimento. Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se. (**Pausa**) Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se. (**Pausa**).

7 Srs. Deputados aprovam; 8 Srs. Deputados rejeitam. Não há "quorum" para votação nem para continuação da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 20, terça-feira, à hora regimental, com a seguinte

**ORDEM DO DIA:**

**REDAÇÃO FINAL** — dos Projetos de Resolução n.ºs 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120 e 121/79.

**3ª DISCUSSÃO** — dos Projetos de Lei n.ºs 79, 167, 168, 169 e 170/79.

**2ª DISCUSSÃO** — do Projeto de Lei n.º 38/78.

**1ª DISCUSSÃO** — do Projeto de Lei n.º 158/77.

Levanta-se a sessão.

**ATOS DA DIRETORIA GERAL:**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E:**

**PORTARIA N.º 796/79**

I — revogar as Portarias n.ºs 1/74, de 07 de outubro de 1974, e 1/76, de 05 de janeiro de 1976, que concederam férias relativas ao exercício de 1974 e 1976, na parte que se refere ao funcionário LUIZ FERNANDO MALHEIROS CARNEIRO, matrícula n.º 129, ocupante do cargo de nível PL "28", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia; e  
II — mandar contar, para todos os efeitos legais, em seu favor, nos termos do Art. 150 da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, combinado com o Art. 1.º, da Lei n.º 7206, de 1.º de outubro de 1.979, e Parecer n.º 5719, do Gabinete da Consultoria Legislativa, do tempo de dez (10) meses, correspondente ao dobro das férias de 1972, 1973, 1974, 1976 e 1977, que deixou de gozar.  
(Protoc. n.ºs 11934/78 e 10912/79).

**PORTARIA N.º 797/79**

conceder a WALTER ADÃO PINTO DE MACEDO, matrícula n.º 036, ocupante do cargo de nível PL "30", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o adicional de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 171, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1.970, a partir de 21 de outubro de 1979, data em que completou trinta e dois (32) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de quinze por cento (15%).  
(Protoc. n.º 10870).

**PORTARIA N.º 798/79**

I — revogar a Portaria n.º 497/66, de 28 de junho de 1966, que concedeu férias coletivas a funcionários deste Poder, na parte que se refere a LÚCIA MARIA DA VEIGA SEGALL, matrícula n.º 422, ocupante do cargo de nível PL "26", da Série de Classes de Auxiliar Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia; e  
II — mandar contar a seu favor, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150 da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º da Lei 6174, de 03 de dezembro de 1975, combinado com o Art. 1.º da Lei n.º 7206, de 1.º de outubro de 1979, e Parecer n.º 5719, do Gabinete da Consultoria Legislativa, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1975, que deixou de gozar.  
(Protoc. n.º 10345).

**PORTARIA N.º 799/79**

marcar para o período de 1.º a 30 de dezembro do corrente ano, as férias concedidas pela Portaria n.º 447/78, à funcio-

nária NEVINHA MARIA CARDOSO, matrícula n.º 595, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.  
(Protoc. n.º 11386).

**PORTARIA N.º 800/79**

marcar para o período de 1.º a 30 de dezembro do corrente ano, as férias concedidas pela Portaria n.º 447/78, ao funcionário GABRIEL QUESADA FILHO, matrícula n.º 067, ocupante do cargo de nível PL "28", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.  
(Protoc. n.º 10927).

**PORTARIA N.º 801/79**

designar os funcionários PAULO DE SOUZA FILHO, GERSON NEMES e JOSÉ ANTÔNIO MAINGUÊ, todos ocupantes do cargo de Médico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão que emitirá parecer sobre o contido no presente protocolado.  
(Protoc. n.º 8869).

**PORTARIA N.º 802/79**

I — designar os funcionários WILSON SILVA e JOSÉ GANDA DE OLIVEIRA, ambos contratados deste Poder, para prestarem serviços no Gabinete da 1.ª Secretaria, como Motoristas;  
III — autorizar os funcionários acima mencionados, a prestarem 70 (setenta) horas extras mensais, até 31 de dezembro de 1979. (Protoc. n.º 11307).

**PORTARIA N.º 803/79**

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de ADALBERTO DAROS, matrícula n.º 347, ocupante do cargo de nível PL "27", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 150 da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, o tempo de quatro (04) meses, correspondente ao dobro das férias de 1977 e 1978, que deixou de gozar;  
II — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao seu acervo de serviço público, nos termos do Art. 248, da citada Lei n.º 6174, o tempo de um (01) ano, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o primeiro decênio, compreendido entre 14 de janeiro de 1963 e 14 de novembro de 1972, antecipado em razão das férias de 1965, contadas em dobro; e,  
III — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos da fundamentação acima, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o terceiro quinquênio, compreendido entre 14 de novembro de 1972 e 14 de novembro de 1976, antecipado em razão da incorporação correspondente ao primeiro decênio.  
(Protoc. n.º 10030).

**PORTARIA N.º 804/79**

conceder à funcionária MARIA NEIDE BOZA STIVAL, matrícula n.º 221, ocupante do cargo de nível PL 15, da Série de Classes de Auxiliar de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias referentes ao exercício de 1978, a partir de 12 de novembro de 1.979.  
(Protoc. n.º 11592).



## PORTARIA N.º 805/79

designar os funcionários PAULO DE SOUZA FILHO, GERSON NEMES e JOSÉ ANTÔNIO MAINGUÊ, todos ocupantes do cargo de Médico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia para, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão que emitirá parecer sobre o contido no presente protocolado.  
(Protoc. n.º 9520).

## PORTARIA N.º 806/79

I — revogar a Portaria n.º 01/76, de 05/01/76, que concedeu férias relativas ao exercício de 1976, na parte que se refere ao funcionário ABIB MIGUEL, matrícula n.º 038, ocupante do cargo de nível PL "30", da Série de Classes de Auxiliar Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia;  
II — mandar contar, para todos os efeitos legais, em seu favor, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, combinado com o Art. 1.º, da Lei n.º 7206, de 1.º de outubro de 1979 e Parecer n.º 5719, do Gabinete da Consultoria Legislativa, o tempo de dez (10) meses, correspondente ao dobro das férias de 1970, 1972, 1973, 1974 e 1976, que deixou de gozar; e  
III — conceder o acréscimo de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 170, da mesma Lei n.º 6174, a partir de 1.º de fevereiro de 1978, data que, em razão das férias de 1970, 1972, 1973, 1974 e 1976, (supra), contadas em dobro, completou vinte e cinco (25) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, e que já vem percebendo a mesmo título, vinte por cento (20%) perfazendo um total de vinte e cinco por cento (25%), não se computando neste cálculo as férias de 1978, que só trarão benefícios futuros.  
(Protoc. n.ºs 10678 e 10679),

## PORTARIA N.º 807/79

transferir para época oportuna, as férias concedidas pela Portaria n.º 447/78, às funcionárias abaixo relacionadas, todas do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia:  
MARIA APARECIDA GEBRAN DO AMARAL — Mat. 293  
MARLENE COUTO DE CRISTO — Mat. 175.  
(Protoc. n.º 11295).

## PORTARIA N.º 808/79

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de JOSEFA KUCEK LEVANDOSKI, matrícula n.º 174, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1970, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro das férias de 1976, 1977 e 1978, que deixou de gozar; e,  
II — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao seu acervo de serviço público, nos termos do Art. 248, da citada Lei n.º 6174, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o terceiro quinquênio, compreendido entre 07 de fevereiro de 1972 e 07 de janeiro de 1976, antecipado em razão da incorporação correspondente ao segundo quinquênio, e das férias de 1972 (quinze dias), 1973, 1974 e 1975, contadas em dobro.  
(Protoc. n.ºs 9198/77, 12.403/78, e 10.282/79).

## PORTARIA N.º 809/79

I — revogar o item III, da Portaria n.º 197/78, que designou para prestar serviços no Gabinete da Liderança do MDB, a funcionária CLARICE FRÓIS DE MIRANDA, matrícula n.º 547, ocupante do cargo de nível PL "20", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia;  
II — revogar o item IV da Portaria n.º 197/78, que autorizou a funcionária acima mencionada a prestar serviço extraordinário, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) sobre seus vencimentos, no Gabinete da Liderança do MDB; e,  
III — autorizar a funcionária acima citada, a prestar serviço extraordinário, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, no Gabinete da 4ª Secretaria.  
(Protoc. n.º 11131).  
Gabinete da Diretoria Geral, em 14 de novembro de 1979.  
(a) ANTÔNIO SEBASTIÃO DA CUNHA GEBRAN  
Diretor Geral

DEPARTAMENTO FINANCEIRO – CONTADORIA GERAL  
BALANCETE DO MÊS DE OUTUBRO DE 1979

ATIVO			
DISPONÍVEL			
TESOURARIA		2.060.783,87	2.060.783,87
EXECUÇÃO DA DESPESA			
VENC. E VANTAGENS FIXAS		77.746.073,13	
DESP. VARIÁVEIS C/P/CIVIL		50.683.686,10	
CONTRIBUIÇÕES DE PREV. SOCIAL		1.835.098,81	
OUTRAS OBRIGAÇÕES PATRONAIS		92.537,79	
MATERIAL DE CONSUMO		3.454.484,68	
SERV. DE TERCEIROS E ENCARGOS		43.603.177,92	
DESP. DO EXERC. ANTERIORES		53.025,84	
SUBVENÇÕES SOC. A INST. PRIVADAS		13.983.410,43	
INATIVOS		23.592.487,15	
PENSIONISTAS		4.869.511,84	
SALÁRIO FAMÍLIA		1.079.363,50	
APOIO FINANCEIRO A ESTUDANTES		765.600,00	
ASSIST. MÉDICO-HOSPITALAR		2.500.000,00	
OUTRAS TRANSF. A PESSOAS		89.438,33	
OBRAS E INSTALAÇÕES		5.200.000,00	
EQUIP. E MATERIAL PERMANENTE		1.378.317,02	230.926.212,54
CONTAS PENDENTES			
DESPESAS DIFERIDAS			
SOMA = ATIVO			232.986.996,41
PASSIVO			
LIBERAÇÃO DA SEC. DAS FINANÇAS			
PESSOAL			
VENC. E VANTAGENS FIXAS	77.770.000,00*		
DESP. VARIÁVEIS C/P/CIVIL	51.060.000,00		
CONTRIBUIÇÕES DE PREV. SOCIAL	2.035.000,00		
OUTRAS OBRIGAÇÕES PATRONAIS	130.000,00		
OUTRAS TRANSF. A PESSOAS	100.000,00		
INATIVOS	23.800.000,00		
PENSIONISTAS	4.871.000,00		
SALÁRIO FAMÍLIA	1.084.000,00	160.850.000,00	
OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO			
MATERIAL DE CONSUMO	2.250.000,00		
SERV. DE TERCEIROS E ENCARGOS	32.047.800,00		
DESP. DOS EXERC. ANTERIORES	53.100,00		
SUBVENÇÕES SOCIAIS	13.983.500,00		
APOIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	765.600,00		
ASSIST. MÉDICO-HOSPITALAR	2.500.000,00	51.600.000,00	
CAPITAL			
OBRAS E INSTALAÇÕES	5.500.000,00		
EQUIP. E MATERIAL PERMANENTE	1.500.000,00	7.000.000,00	219.450.000,00
CREDORES			
DESPESAS EMPENHADAS	3.414.085,16		
DESPESAS PROCESSADAS	8.113.013,25		
FOLHA DE PAGAMENTO	52.369,30		
CONSIGNAÇÕES	1.139.136,18	12.718.603,89	
RESTOS A PAGAR			
EMPENHADOS	693.191,40		
PROCESSADOS – CREDORES	- o -		
PROCESSADAS – FOLHA DE PAG.	1.308,47		
CRED. EM CONSIGNAÇÕES	- o -	694.499,87	
CONTAS PENDENTES			
OUTRAS CONTAS PENDENTES	123.892,65	123.892,65	13.536.996,41
SOMA = PASSIVO			232.986.996,41

PALÁCIO "XIX DE DEZEMBRO", em 08 DE NOVEMBRO DE 1979

aa) GABRIEL LUIZ FRANCESCHI  
CONTADOR GERAL

SEBASTIÃO DE L. CARDOSO  
CHEFE DIV. CONTAB.

DIRCEU B. CORDEIRO  
CHEFE SEC. CONTAB.